

Uma história oral da Ação Global dos Povos: pesquisa ativista a serviço das lutas sociais

BRUNO FIUZA¹
MÁRCIO BUSTAMANTE²

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar e trazer ao debate o *Peoples' Global Action Oral History Project*³. O projeto é uma iniciativa de ex-ativistas ligados à Ação Global dos Povos (AGP), e cuja proposta central é a constituição de um acervo de depoimentos de ativistas e ex-ativistas de movimentos de todo o mundo que fizeram parte da AGP de modo a refletir sobre as lutas do “movimento antiglobalização” que despontou como força política importante a partir de meados dos anos 1990.

O “movimento antiglobalização” resgatou e fez uma releitura de repertórios de ação coletiva de caráter libertário/anarquista, diversificou agendas – incorporando muito do que emergiu no *Maió de 1968*, renovou formatos de organização e deliberação, colocou a prefiguração e questões relativas aos meios de comunicação no centro do debate e questionou uma série de tradições há muito consolidadas no âmbito das esquerdas. Tudo isso o coloca numa posição merecedora de atenção e reflexão que, infelizmente, no Brasil, ainda é diminuta.

Em nosso entendimento, o projeto em questão consiste, também, num exemplo interessante para se pensar as possibilidades abertas tanto no campo dos usos da história oral enquanto metodologia de produção de fontes, quanto, para além das preocupações estritamente acadêmicas, trazer contribuições para os debates em torno da chamada história pública.

Por ser um esforço de ativistas e ex-ativistas em escala global, pensamos que a atividade consiste em experimento valioso para se repensar as relações entre o meio

¹ Mestre em História Econômica pela FFLCH/USP (fiuza.bruno@gmail.com)

² Doutorando e pesquisador associado junto ao Programa de Pós-graduação em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades – *Diversitas*/FFLCH/USP. (mbcosta@usp.br / marciobustamante@gmail.com)

³ <http://www.pgaoralhistory.net/>

universitário e a sociedade civil, bem como sobre as próprias funções e usos do conhecimento científico.

Desde 2017 o projeto conta com representação no Brasil, tendo sido, até o momento, realizadas três entrevistas num universo de que deve chegar a cerca de 30 depoimentos no total.

2. Breve histórico da Ação Global dos Povos

A AGP foi uma rede mundial de movimentos sociais surgida em 1998 que contribuiu para a renovação do discurso e das formas de protesto anticapitalistas ao articular as lutas dos movimentos autônomos e de ação direta do Norte Global (Europa e América do Norte) com as lutas de organizações do Sul Global – principalmente movimentos indígenas e camponeses da América Latina e da Ásia – por meio de campanhas e mobilizações transnacionais.⁴ A face mais visível dessas mobilizações foram os chamados “dias de ação global”, quando protestos simultâneos eram organizados em várias cidades ao redor do planeta em apoio a manifestações contra reuniões de cúpula de instituições multilaterais responsáveis por impulsionar o processo de globalização neoliberal, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o grupo dos sete países mais industrializados do mundo mais a Rússia (G-8).

A fundação da AGP, em 1998, foi um desdobramento direto do processo de construção de uma rede mundial de lutas contra o neoliberalismo que começou a ser articulada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) a partir do México. Em 1996, os zapatistas convidaram seus apoiadores e todos aqueles que lutavam contra o neoliberalismo no mundo inteiro para se reunirem no Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizado entre os dias 27 de julho e 3 de agosto em cinco comunidades zapatistas no estado de Chiapas. Ao final do encontro foi proposta a criação de uma rede mundial de lutas contra o neoliberalismo, que ganhou contornos mais concretos durante o Segundo Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizado na Espanha exatamente um ano depois.

⁴ A história da Ação Global dos Povos apresentada aqui se baseia na pesquisa de mestrado de um dos autores. Alguns dos dados e análises aqui apresentados já foram previamente apresentados em FIUZA, Bruno de Matos. **A Ação Global dos Povos e o novo anticapitalismo**. 2017. 248 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Ao final do Segundo Encontro Intercontinental representantes de dez movimentos se reuniram para discutir a criação de um instrumento de coordenação para planejar ações conjuntas contra a OMC, que realizaria sua segunda conferência ministerial em maio de 1998, em Genebra. Essas organizações lançaram uma convocatória no fim de 1997, convidando movimentos e pessoas do mundo inteiro para se reunirem em Genebra entre 23 e 25 de fevereiro, no intuito de construir um instrumento de coordenação de lutas. Dessa reunião nasceu a Ação Global dos Povos contra o “Livre” Comércio e a Organização Mundial do Comércio, que mais tarde passaria a se chamar simplesmente Ação Global dos Povos (*Peoples’ Global Action*, 1997).

A convocatória esclarecia que a AGP não seria uma organização formal, mas sim um instrumento global de comunicação e coordenação para conectar as lutas daqueles que já enfrentavam a globalização neoliberal em todo o mundo construindo alternativas locais de poder popular. Essa aliança não se basearia em um quadro de membros permanentes, mas sim em uma rede descentralizada de pessoas e organizações dispostas a agir em conjunto de acordo com quatro princípios políticos e organizacionais:

- 1) Uma rejeição muito clara das instituições que as multinacionais e os especuladores construíram para tirar o poder do povo, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros acordos de livre-comércio (como APEC, UE, NAFTA, etc.)
- 2) Uma atitude de confrontação, já que não acreditamos que ações de lobby possam ter grande impacto sobre organizações tão injustas e antidemocráticas, nas quais o capital transnacional é o único verdadeiro formulador de políticas.
- 3) Um chamado para a desobediência civil não-violenta e para a construção de alternativas locais pelas populações locais, como respostas à ação de governos e corporações.
- 4) Uma filosofia organizacional baseada na descentralização e na autonomia (*Peoples’ Global Action*, 1997).⁵

A rede não contaria com um processo de adesão formal, não teria personalidade jurídica e nem porta-vozes oficiais. A AGP apenas facilitaria a coordenação e o fluxo de informações entre pessoas e organizações por meio de conferências globais e de instrumentos de comunicação como um boletim periódico, um site e listas de e-mail. As conferências globais deveriam ser convocadas a cada dois anos por um comitê organizador formado por membros de movimentos e organizações de todos os continentes representativos de diferentes setores da sociedade. O comitê organizador seria completamente renovado a cada conferência (*Peoples’ Global Action*, 1997).

⁵ Tradução de Bruno Fiuza.

Atendendo ao chamado da convocatória, trezentos delegados vindos de 71 países de todos os continentes se reuniram em Genebra entre os dias 23 e 25 de fevereiro de 1998 para participar da conferência de fundação da AGP, que aprovou o manifesto político da rede, documento que se tornaria um dos pilares da iniciativa, ao lado da carta de princípios. O encontro foi realizado em diferentes casas ocupadas e centros sociais mantidos pelo movimento autônomo de Genebra, e recebeu movimentos sociais de várias partes do planeta (*Peoples' Global Action*, 1998).⁶

Entre os movimentos autônomos do Norte estavam presentes delegados de duas organizações que teriam participação marcante na construção da AGP nos anos seguintes. Uma era o *Reclaim the Streets*, rede ambientalista radical e anticapitalista britânica surgida em 1994 a partir da luta contra a construção de estradas no Reino Unido e que utilizava um tipo de ação direta que se tornaria muito popular nas manifestações contra a globalização neoliberal: festas de rua em que uma via pública era temporariamente ocupada e transformada em um grande carnaval. A outra era a Associação *Ya Basta*, coalizão de coletivos autônomos italianos surgida também em 1994 para organizar a solidariedade com o zapatismo na Itália a partir de uma rede de centros sociais tendo como ponto de partida o centro social Leon Cavallo, em Milão.

Entre os movimentos camponeses e indígenas do Sul estavam presentes delegados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, da Associação de Agricultores do Estado de Karnataka (KRRS) da Índia, do Movimento Camponês das Filipinas (KMP), da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN) do México, do Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP) da Nigéria, da Rede de Mulheres Indígenas da América do Norte e Oceania, da Fundação por uma Aotearoa Independente da Nova Zelândia, da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), do Grupo de Defesa do Povo U'wa e do Processo de Comunidades Negras (PCN) da Colômbia, da Confederação Camponesa do Peru (CCP), da União Nacional de Agricultores e Criadores de Gado (UNAG) da Nicarágua, do Movimento Salve o Narmada (NBA) da Índia, da Federação Krishok de Bangladesh (BKF), da

⁶ A lista de movimentos participantes da conferência de fundação da AGP que apresentamos aqui se baseia no cruzamento de referências presentes no boletim número 1 da AGP com listas de participantes do Segundo Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo elaboradas por Lesley Wood.

Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM) de Moçambique e da Via Campesina, rede internacional que reúne os maiores movimentos camponeses do mundo.

Além dos movimentos autônomos, camponeses e indígenas, também participaram da fundação da AGP delegados de movimentos sindicais ou populares que na época estavam na linha de frente da luta contra os efeitos mais perversos da globalização neoliberal sobre o mundo do trabalho. Representantes da Central Sandinista de Trabalhadores (CST) da Nicarágua, da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Salvadorenhas (COMUTRAS) e do Fórum de Unidade dos Trabalhadores da Indústria de Vestuário de Bangladesh estiveram presentes em Genebra. Ao mesmo tempo, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Postais do Canadá (CUPW) e da Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA) contaram suas histórias de resistência contra a privatização dos correios e da educação em seus países. Por fim, representantes do movimento de desempregados franceses mostraram como eles começaram a construir uma organização de novo tipo chamada *Agir Ensemble Contre le Chômage!* (Agir Junto Contra o Desemprego, ou simplesmente AC!), que tentava combinar a ação sindical dos trabalhadores empregados com as reivindicações dos desempregados, em um experimento pioneiro para romper o corporativismo das tradicionais organizações sindicais do movimento operário europeu.

Foi a partir dessa mistura heterogênea de movimentos que a AGP começou a lançar convocatórias para a realização de ações de protesto simultâneas em várias partes do mundo contra as instituições que promoviam o avanço da globalização neoliberal. O primeiro dia de ação global convocado pela AGP foi 16 de maio de 1998, quando foram realizadas ações em mais de setenta cidades ao redor do mundo contra a segunda Conferência Ministerial da OMC, em Genebra. O segundo foi 18 de junho de 1999, quando aconteceram ações simultâneas em 40 países contra a reunião do G-8, realizada em Colônia, na Alemanha. O “J18”, como ficaria conhecido o segundo dia de ação global, foi um marco para os movimentos anticapitalistas contra a globalização neoliberal, pois pela primeira vez uma mobilização do gênero se apresentou não como um protesto contra uma determinada instituição multilateral, mas contra o sistema capitalista como um todo.

A partir desse momento os movimentos que participavam da AGP sentiram a necessidade de deixar claro que sua luta não era apenas contra a globalização neoliberal, mas sim contra o sistema capitalista como um todo, em suas mais diversas manifestações. A nova orientação abertamente anticapitalista foi aprovada na segunda conferência global da AGP, realizada em Bangalore, Índia, em setembro de 1999, mas esse posicionamento

só se tornaria um princípio da rede em 2001, quando a terceira conferência global da rede reformulou o primeiro item da lista de princípios, que ganhou a seguinte redação: “Uma rejeição muito clara do capitalismo, do imperialismo e do feudalismo; de todos os acordos comerciais, instituições e governos que promovem a globalização destrutiva” (*Peoples’ Global Action*, 2001).

Logo após a realização de sua segunda conferência global, a AGP convocou o terceiro dia de ação global para 30 de novembro de 1999, data de abertura da terceira conferência ministerial da OMC, em Seattle, Estados Unidos. A partir desse momento, os dias de ação global ganharam as manchetes da imprensa global. Em 26 de setembro de 2000, milhares de manifestantes cercaram a reunião do FMI e do Banco Mundial em Praga, República Tcheca, acompanhados por ações em 110 cidades ao redor do mundo. Em 20 de abril de 2001 a história se repetiu em Québec, no Canadá, onde delegados de governos de toda a América que se preparavam para discutir a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foram saudados por uma multidão de manifestantes, enquanto protestos simultâneos ocorriam em vários países do continente. Finalmente, a mobilização contra a globalização neoliberal culminou na maior de todas as manifestações do gênero, que reuniu cerca de 300 mil ativistas para protestar contra a reunião de cúpula do G-8 em Gênova, na Itália, no dia 20 de julho de 2001.

Gênova, porém, marcou tanto o auge quanto o início do declínio das grandes manifestações de rua contra a globalização neoliberal. Os ataques de 11 de setembro de 2001 contra o *World Trade Center* em Nova York e a posterior caça às bruxas lançada pelo governo dos Estados Unidos contra qualquer grupo que pudesse representar uma ameaça aos interesses estratégicos do país colocaram os grupos mais radicais que se opunham à globalização neoliberal na defensiva e vários deles se desmobilizaram. A partir desse momento, o chamado “movimento antiglobalização” entrou em uma nova fase, marcada pela busca de uma maior institucionalização por meio do Fórum Social Mundial, cuja primeira edição foi realizada em Porto Alegre em janeiro de 2001.

A partir desse momento, a AGP entrou em um período de refluxo. A última conferência global da rede foi realizada em 2001, em Cochabamba, Bolívia, mesmo ano em que foi publicado o último número do boletim (*Peoples’ Global Action*, 2001). A rede continuou a existir depois de 2001, mas a partir de então se restringiu basicamente à Europa, onde os encontros regionais continuaram a acontecer até 2006 (*Peoples’ Global Action*, 2006).

3. A Ação Global dos Povos no Brasil

A história da participação de grupos e indivíduos brasileiros na AGP é um curioso capítulo à parte, pois seguiu dois caminhos paralelos e aparentemente com pouca conexão entre si. O MST, na época um dos maiores e mais importantes movimentos sociais do mundo, foi um dos signatários da convocatória para a conferência de fundação da AGP, e inicialmente desempenhou um papel importante nas atividades da rede.

Durante o primeiro dia de ação global, em 16 de maio de 1998, o movimento realizou a marcha dos sem-terra a Brasília, levando dezenas de milhares de militantes à capital em uma mobilização histórica. Em seguida, enviou um representante para a caravana de movimentos que foi à Europa participar da Caravana Intercontinental que terminou em Colônia, na Alemanha, para protestar contra a reunião do G-8 como parte das atividades do segundo dia de ação global, 18 de junho de 1999.

Como a marcha do MST a Brasília em 1998 foi uma atividade própria do movimento e fortemente vinculada à conjuntura nacional, as mobilizações globais da AGP inicialmente tiveram muito pouca ressonância no Brasil. As atividades realizadas no país durante os dois dias de ação global de 1999 (J18 e N30) foram intervenções muito pontuais de pequenos coletivos em cidades sem tanta projeção política nacional – Florianópolis no J18 e Santos no N30 (Liberato, 2006) – e nenhuma delas teve relação com o MST. Inicialmente, portanto, o “movimento antiglobalização” foi visto no Brasil basicamente como um fenômeno estrangeiro, sem grande representatividade no país.

Foi só a partir do ano 2000 que se formou no Brasil uma articulação de movimentos declaradamente inspirados pela AGP. Mas essa articulação surgiu não em decorrência de algum esforço organizativo local do MST, e sim a partir da iniciativa de pequenos coletivos de jovens urbanos inspirados pelas ações dos movimentos de ação direta do Norte Global durante as manifestações que impediram a abertura da terceira conferência ministerial da OMC em Seattle durante o terceiro dia de ação global, 30 de novembro de 1999. Pablo Ortellado, um dos militantes mais ativos na coalizão de grupos inspirados pela AGP em São Paulo, relata o nascimento dessa articulação local da seguinte maneira:

Foi sob o impacto político do efetivo bloqueio da “rodada do milênio” da OMC que grupos e indivíduos em São Paulo e em outras cidades em todo o mundo começaram a pensar em reproduzir e generalizar os acontecimentos de Seattle. Foi mais ou menos assim que se formou, em São Paulo, em maio de 2000, cinco meses após Seattle, a coalizão de grupos e indivíduos inspirados pela Ação Global dos Povos (Ryoki e Ortellado, 2004, p. 10)

A coalizão de grupos inspirados pela AGP em São Paulo começou a organizar os preparativos para realizar atividades locais durante o dia de ação global que a AGP havia convocado para protestar contra a reunião do FMI e do Banco Mundial em Praga, República Tcheca, no dia 26 de setembro de 2000 (S26). Os grupos que participaram das reuniões preparatórias para o S26 em São Paulo eram, em sua maioria, pequenos coletivos de jovens urbanos de inspiração anarquista e libertária (Liberato, 2006). Muito diferentes, portanto, dos movimentos camponeses e indígenas que inicialmente foram os elos de ligação da AGP no Sul Global. Segundo Ortellado, “ficou claro que o nosso movimento seria formado sobretudo por ativistas de grupos contraculturais e socialistas libertários, dos movimentos estudantil independente e ecologista radical e da parte jovem e radical dos movimentos feminista e gay” (Ryoki e Ortellado, 2004, p. 11).

Na mesma época em que surgiu a coalizão de grupos inspirados pela AGP em São Paulo começaram a surgir articulações semelhantes em outras cidades brasileiras, com destaque para Fortaleza, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Esses vários núcleos passaram a se comunicar por meio de uma lista de e-mails nacional para organizar as atividades do S26. Em 26 de setembro de 2000 ocorreram manifestações em diversas cidades brasileiras, como São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Santa Maria, Campinas e Bauru. A maior ação foi realizada em São Paulo, onde cerca de mil pessoas organizaram um “carnaval anticapitalista” do lado de fora da Bolsa de Valores de São Paulo, a Bovespa (Liberato, 2006).

A partir das ações do S26 no Brasil, sobretudo em São Paulo, o “movimento antiglobalização” chegou simbolicamente ao país. A coalizão de grupos inspirados pela AGP em São Paulo começou, então, a se preparar para organizar ações para o próximo dia de ação convocado pela AGP, quando movimentos de toda a América foram chamados a organizar ações simultâneas no dia 20 de abril de 2001 (A20) para protestar contra a Cúpula das Américas, evento que reuniria chefes de Estados de todos os países do continente em Québec, Canadá, para discutir a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

As reuniões de preparação do A20 em São Paulo começaram em janeiro de 2001 no Centro de Cultura Social (CCS), clássico espaço cultural e de formação política fundado por militantes anarquistas na capital paulista em 1933, e logo passaram a ser chamadas informalmente de “reuniões da AGP”. O resultado desse esforço organizativo foi a realização, no dia 20 de abril de 2001, do evento mais marcante da história da

coalizão de grupos e indivíduos inspirados pela AGP em São Paulo. Nesse dia, enquanto os chefes de Estado se reuniam no Canadá para discutir a criação da ALCA, quase dois mil jovens ocuparam a Avenida Paulista para protestar contra a área de livre comércio. Leo Vinícius Maia Liberato, militante e pesquisador que acompanhou desde o início a formação das redes de grupos e indivíduos inspirados pela AGP no Brasil e que entrevistou participantes do A20 em São Paulo, descreve a manifestação da seguinte maneira:

Com uma linha de frente no estilo dos italianos Tute Bianche, carregando escudos feitos com câmaras de pneus de caminhão e usando capacetes, e com uma batucada que trazia nos instrumentos e na batida a influência direta do Infernal Noise Brigade⁷ de Seattle, o A20 foi a manifestação mais marcante do movimento antiglobalização de São Paulo. Não somente pelo número de pessoas, mas pela enorme repressão a que seria acometida. Foram 79 presos e mais de 100 feridos, alguns com gravidade (Liberato, 2006, p. 183-184).

O A20 em São Paulo teve grande repercussão na imprensa brasileira e aumentou a visibilidade do “movimento antiglobalização” no país, mas essa maior visibilidade não levou a um crescimento dos grupos inspirados pela AGP no Brasil. Como relata Liberato (2006), após o A20 começaram a surgir tensões no interior da coalizão de grupos inspirados pela AGP em São Paulo, cidade onde se concentrava o maior contingente de grupos e indivíduos de alguma forma vinculados à AGP no Brasil. Essas tensões deram início a um processo de desagregação que seria potencializado pela crise generalizada da AGP e do “movimento antiglobalização” em geral após os atentados de 11 de setembro de 2001. Nesse mesmo mês de setembro, vários grupos brasileiros ainda participariam da terceira conferência global da AGP em Cochabamba, na Bolívia. Mas assim como aconteceu com a rede no resto do mundo, olhando em retrospecto, Cochabamba também parece ter sido o canto do cisne da AGP no Brasil.

4. As limitações das fontes tradicionais sobre a AGP

Apesar de a reconstituição apresentada acima conter elementos importantes sobre a experiência da AGP, uma história de fôlego da rede ainda está por ser feita – em particular no Brasil. E um dos grandes desafios para escrever essa história é a escassez de fontes convencionais sobre a AGP. Sem dúvida existe um conjunto documental básico formado pelos documentos de fundação – como a carta de princípios e o manifesto da

⁷ <http://www.infernalnoise.org/> (nota dos autores)

rede – pelos seis boletins publicados entre 1997⁸ e 2001, e pelos relatos de ações durante os dias de ação global disponíveis *online* no Arquivo de Protestos Globais⁹. Essas fontes, no entanto, apresentam uma limitação clara: elas servem muito bem para o estudo do discurso oficial da rede e das ações de protesto de rua realizadas durante os dias de ação global, mas elas praticamente não permitem um estudo detalhado do processo organizativo que viabilizou, pela primeira vez na história, que movimentos tão diferentes, de regiões do planeta tão distantes entre si, coordenassem suas ações para construir uma rede de lutas anticapitalista que se pretendia realmente global, descentralizada e horizontal.

A partir da leitura dos documentos disponíveis da AGP é impossível saber com precisão quais movimentos participaram concretamente do processo de construção da rede e de que maneira. Em parte por uma questão de segurança e em parte por conta do baixo grau de institucionalização da rede, não há registros nos documentos oficiais da dinâmica real de interação entre os diferentes movimentos que trocavam informações e experiências por meio da rede. Essa escassez de informações é agravada pelo fato de que as listas de e-mails da AGP, que eram o principal canal de comunicação entre os movimentos que participavam da rede, hoje já estão todas fora do ar. Isso levanta, aliás, um problema crucial nas discussões teórico/metodológicas sobre o uso de fontes produzidas originalmente em suporte digital, sem qualquer equivalente físico.

O estudo apenas das fontes tradicionais, portanto, é claramente insuficiente para escrever a história da AGP, pois nem sequer sabemos se as ideias apresentadas no manifesto da rede foram de fato colocadas em prática e se a articulação global entre experiências de luta locais cotidianas realmente aconteceu ou se foi apenas um projeto. Dessa forma, queremos enfatizar, muito para além da perspectiva que vê as fontes orais como mero elemento ‘preenchedor de lacunas’, que o projeto em questão procura compreender a abordagem dos depoimentos a partir de um olhar pluridimensional e que reconhece as várias possibilidades abertas pelas fontes orais.

A dimensão da oralidade permite um olhar sobre os interstícios dos discursos registrados em outros suportes, além de fornecer canais apropriados para uma outra significação dos silêncios, das emoções e, sobretudo, para o caráter construtivo das

⁸ O boletim ‘número 0’ foi a convocatória lançada no fim de 1997 que apresentava os princípios da rede convidava os movimentos interessados a participar da conferência de fundação em Genebra, em fevereiro de 1998.

⁹ <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/>

memórias coletiva e individual. Sobretudo no caso de um projeto como o que trabalhamos, a ser detalhado a seguir, e cujos objetivos ultrapassam os interesses estritamente acadêmicos, a dimensão diacrônica das fontes orais – no caso, o espaço de tempo entre o ‘ocorrido’ e o ‘narrado’ – abre espaço para que os ativistas, e demais interessados na história da AGP e do autonomismo contemporâneo, reflitam acerca da evolução das lutas políticas e dos desafios que se colocam a partir de suas próprias experiências. Demais aspectos, como a formação das redes de sociabilidade que percorriam a constituição da AGP, nacional e internacionalmente, também ganham novas luzes no âmbito dos depoimentos, trazendo à frente questões que, em geral, tendem a ser de difícil prospecção junto às fontes tradicionais. Nos referimos aqui às questões relacionadas às peculiaridades acerca dos recortes de classe, e suas implicações, dentro dos coletivos, bem como toda uma série de ‘não-ditos’, como a reprodução de preconceitos e autoridades que o movimento denuncia publicamente, o acesso àqueles que não fizeram parte efetiva da redação dos documentos e imagens públicas, as histórias que circulam por trás das atas das reuniões, memorandos e relatórios “oficiais”, além das práticas de financiamento e as disputas internas.

Em suma, uma história mais aprofundada da AGP só pode ser escrita por meio de uma ampla pesquisa com fontes orais – além de videográficas e imagéticas – que registre, por meio de depoimentos dos integrantes dos movimentos que participaram da rede, a experiência concreta de organização que a AGP representou. E é isso, entre outros objetivos, que o projeto *Peoples’ Global Action Oral History Project* pretende fazer.

5. O *Peoples’ Global Action Oral History Project*

A partir da necessidade de registrar a experiência da AGP para futuras gerações de militantes, em 2014 um grupo de ativistas que participaram das atividades da rede começou a discutir com alguns pesquisadores acadêmicos com trajetórias semelhantes a ideia de fazer um projeto de história oral da AGP. Dessas conversas surgiu um núcleo de pesquisadores e militantes encabeçado pela professora Lesley Wood, do Departamento de Sociologia da Universidade York, no Canadá, e pelo professor Laurence Cox, do Departamento de Sociologia da Universidade Maynooth, da Irlanda. Os dois descrevem os objetivos do projeto da seguinte maneira:

Nós queríamos fazer isso não apenas para os livros de história ou para as autobiografias dos envolvidos, mas de uma forma que fosse útil para os movimentos de hoje, talvez particularmente aqueles que estão conscientes ou

inconscientemente se inspirando nas abordagens desenvolvidas na AGP e em outras partes do movimento de movimentos [contra a globalização neoliberal], mas também que estão enfrentando alguns dos mesmos desafios [que a AGP enfrentou] (Cox e Wood, 2017, p. 358).

Cox e Wood fazem questão de frisar que a iniciativa foi pensada para ser um projeto de pesquisa prioritariamente ativista, e o objetivo é fazer não uma história oral “profissional”, mas sim uma história oral feita por ativistas, com ativistas e para ativistas. Nesse sentido, o grupo de pesquisadores acadêmicos está criando uma infraestrutura mínima para permitir que ativistas planejem, realizem e arquivem entrevistas uns com os outros e “usem esse processo para refletirem sobre as lutas dos movimentos hoje” (Cox e Wood, 2017).

Como parte dessa infraestrutura mínima foi definido um roteiro básico de perguntas do qual os entrevistadores devem partir para elaborar os roteiros específicos de cada entrevista, de acordo com o contexto regional. Munidos desse roteiro inicial, pesquisadores e ativistas estão realizando uma primeira rodada de entrevistas nos seguintes países: Irlanda, Espanha, Itália, Bolívia, Canadá e Brasil. Parte das entrevistas dessa primeira leva já foi transcrita e será disponibilizada *online* no site do projeto. Vale pontuar que, junto do material básico encaminhado pelos organizadores, foi disponibilizado um modelo de ‘carta de consentimento’, onde é explicado o projeto e como será feita a disponibilização das informações. Os depoentes precisam fazer duas escolhas: primeiro sobre a sua identificação ou não, e segundo sobre a forma como desejam que seja feita a publicização da entrevista, versão escrita e/ou em áudio. Esse cuidado é importante em virtude das circunstâncias políticas e de ativismo, presentes e futuras, em cada um dos países, e que poderiam trazer problemas judiciais e/ou de perseguição política.

Nesse momento, novas entrevistas estão sendo realizadas e um dos objetivos do projeto é atrair mais pesquisadores e ativistas interessados em colher depoimentos em outros países.

No que diz respeito ao Brasil, os autores desse artigo estão, desde meados do segundo semestre de 2017, realizando entrevistas. Até o momento já foram visitadas as cidades de Florianópolis e Fortaleza, restando, ainda, três capitais: Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. O mapeamento dos indivíduos, coletivos e movimentos que estiveram de alguma forma envolvidos com a AGP ou as chamadas para os ‘dias de ação global’ ainda está sendo feito. O que pode ser adiantado é que a diversidade tem sido

bastante ampla, encampando desde ativistas ligados às questões ambientais e ecológicas, passando por questões como midialivrisimo, gênero, raça/etnia até movimentos ligados aos direitos pela cidade, transportes públicos, denúncia de violência policial, cicloativismo etc. O que tem chamado atenção, também, é a recorrência de ativistas que orbitavam a rede da AGP e, também, estiveram envolvidos de alguma forma no que se convencionou chamar como *Jornadas de Junho de 2013* – o que sugere algumas hipóteses interessantes¹⁰.

Por fim, a título de transparência, mencionamos que o projeto, em nível internacional, está sendo parcialmente custeado pelo Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanidades do Canadá (SSHRC)¹¹ e pela *Antipode Foundation*¹². Aqui no Brasil, além de financiamento de parte dos próprios autores desse artigo, conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹³.

6. Conclusão

Como é próprio do campo da chamada ‘história pública’, posta-se como elemento importante, entre outros, a contribuição do trabalho de reflexão – e do registro da memória feito na gravação de entrevistas, em nosso caso – para todos os envolvidos no processo. No entanto, essa perspectiva, para fugirmos de uma leitura populista, não visa a diluição das fronteiras entre o “sujeito” e, por falta de termo mais adequado, o “objeto” de uma pesquisa, mas antes uma requalificação dessas condições. As posições do “sujeito” e do “objeto”, na perspectiva em que pretendemos trabalhar, e que está na própria gênese desse projeto que, na verdade, tem sua origem fora da academia, e não dentro, se interpenetram

¹⁰ As relações entre o “movimento anti-globalização” e as mais recentes *Jornadas de Junho de 2013*, no Brasil, e a emergência dos movimentos autonomistas na última década, além de constituição de uma cultura política autonomista que tem fundamentado esses movimentos estão sendo investigadas em pesquisa de doutorado de um dos autores desse artigo junto ao *Diversitas/FFLCH/USP*.

¹¹ <http://www.sshrc-crsh.gc.ca/home-accueil-eng.aspx>

¹² <https://www.antipodefoundation.org/>

¹³ No Brasil, o projeto conta com apoio financeiro proveniente de outro projeto mais amplo, denominado **“Protestos e engajamento político: discurso e identidade em manifestações contemporâneas”**, sob coordenação do Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça – Departamento de Ciência Política da FAFICH/UFMG. A pesquisa vem sendo desenvolvida desde dezembro de 2014, e o projeto tem como principal substrato empírico entrevistas qualitativas realizadas com indivíduos e movimentos/coletivos envolvidos nas manifestações de *Junho de 2013* no Brasil – em particular nas cidades de Belo Horizonte e São Paulo, onde se deram as maiores aglomerações e pontos de tensão. Um dos objetivos da pesquisa é averiguar se, e em que nível, a lógica das ações coletivas observadas nas recentes manifestações, no contexto do que vem sendo referido como “novos movimentos sociais” rompem com os tradicionais repertórios e formas de articulação do confronto político. O projeto conta com financiamento da PRPQ-UFMG e do CNPq (processos 305117/2014-9 e 445955/2014-7).

e revezam-se entre si. Aliás, essa movimentação tende estar ainda mais presente quando se faz o uso da metodologia da história oral.

Interessante pontuar que os ganhos dessa relação dialética entre “sujeito x objeto”, estabelecida no bojo da proposta da histórica pública traz ganhos para além do que se prevê num primeiro momento, na medida em que entendemos que falar para fora dos muros da academia não consiste num favor que a universidade faz, mas sim um no qual ela é, também, alvo do benefício. E, destacando justamente esse aspecto, até porque cremos já estar claro em que medida o *Peoples' Global Action Oral History Project* serve a contextos não acadêmicos, nos parece que esse tipo de inversão pode trazer, ainda, avanços para o macrocampo dos estudos sobre os movimentos sociais. Isso em função da priorização de elementos, escalas, métodos e jogos de posição que enfatizam outras perspectivas dos fenômenos sociais abordados de maneira lacunar ou, simplesmente, ignorado pelas tradicionais teorias dos movimentos sociais, como já pontuamos anteriormente. Nesse sentido, abordagens como essa viabilizam uma redescritção das relações entre a academia e o seu entorno.

A AGP consistiu num esforço de organização de luta e resistência contra os efeitos deletérios da globalização neoliberal em escala planetária. Os depoimentos colhidos até o momento têm deixado claro os importantes avanços trazidos para as lutas contemporâneas, de modo que os entrevistados têm traçado uma linha de continuidade entre o “movimento antiglobalização” e os ciclos de protestos mais recentes. Por outro lado, a preocupação de veteranos do movimento e a disposição que temos visto entre os depoentes no Brasil para a realização das entrevistas deixa claro que o registro das experiências no bojo da AGP é decisivo para a maturação e rearticulação dos fundamentos práticos e teóricos necessários à construção de uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, realizar o *trabalho de memória* (Todorov, 2002), de modo a verificar os avanços, fraquezas e demandas das lutas sociais, parece ter já se tornado uma preocupação de ativistas e ex-ativistas. De qualquer forma, fato irreversível é que a universidade não pode se abster desse processo.

7. Bibliografia

- COX, Laurence; WOOD, Lesley. **An oral history of Peoples' Global Action**. Interface, v. 9, n. 1, p. 357-358, 2017.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FIUZA, Bruno de Matos. **A Ação Global dos Povos e o novo anticapitalismo**. 2017. 248 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- LIBERATO, Leo Vinicius Maia. **Expressões contemporâneas de rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista**. 2006. 270 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- PEOPLES' GLOBAL ACTION. **PGA Bulletin 0**. 1997. Disponível em: <https://goo.gl/4L8bnL>. Acesso em: 10 mai. 2015.
- _____. **PGA Bulletin 1**. 1998. Disponível em: <https://goo.gl/M2kaLU>. Acesso em: 24 abr. 2018.
- _____. **PGA Bulletin 6**. 2001. Disponível em: <https://goo.gl/CG6Tjh>. Acesso em 24 abr. 2018.
- _____. **4th Peoples' Global Action Conference in Europe**. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/gQpgFp>. Acesso em 24 abr. 2018.
- RYOKI, André; ORTELLADO, Pablo. **Estamos vencendo: resistência global no Brasil**. São Paulo: Conrad, 2004.
- TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, Tentação do bem** – indagações sobre o século XX. São Paulo: ARX, 2002.